

A METÁFORA EM TRÊS NÍVEIS: A ESTRUTURAÇÃO DE RICOEUR¹

Luciana Moraes Barcelos Marques (UFES)

INTRODUÇÃO

Por Paul Ricoeur ser um ícone nos estudos sobre a metáfora, esta secção volta-se à sua obra *A metáfora viva* (2000), obra esta que o torna referência sobre o assunto. Discorremos, então, o trato das metáforas nos níveis da palavra, da frase e do discurso apresentados pelo autor, e suas implicações sobre os conceitos de linguagem e referência.

O livro *A metáfora viva* apresenta estudos oriundos de um seminário que ocorreu na Universidade de Toronto em 1971 e que tiveram progressão durante cursos ministrados posteriormente em outras universidades. Cada um dos oito estudos que compõem a obra, conforme é prefaciado pelo autor,

[...] desenvolve um ponto de vista determinado e constitui um todo. Ao mesmo tempo, cada um é o segmento de um único itinerário que tem início com a retórica clássica, passa pela semiótica e pela semântica, para alcançar finalmente a hermenêutica. A passagem de uma disciplina a outra segue a das entidades lingüísticas correspondentes: a palavra, a frase e, por fim, o discurso (Ricoeur, 2000, p. 09).

O NÍVEL DA PALAVRA

Ricoeur (2000) parte de Aristóteles para estudar a metáfora sob o nível da palavra, uma vez que este é considerado o precursor na discussão sobre as metáforas. Conforme já citamos no capítulo anterior, Aristóteles, na *Poética*, define metáfora como “a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia” (Aristóteles, 1959, p. 312). Essa noção de metá-

¹ Este texto deriva de parte do 2º capítulo de sua dissertação de mestrado, cujo título é *Análise Discursiva da Metáfora: revisitando o estruturalismo saussuriano*. Defendida em 14 de março de 2008 – UFES.

fora como transposição de significados, ainda hoje, é utilizada por gramáticos e por alguns teóricos da linguagem.

Ricoeur (2000) afirma que a visão aristotélica remete a três conceitos principais inerentes à metáfora: o desvio, o empréstimo e a substituição. Sabendo-se que estes só são possíveis a partir da diferenciação do sentido próprio – também chamado primeiro – do sentido estranho – também chamado figurado. Dessa forma, a metáfora seria um desvio do uso habitual da palavra; um empréstimo de sentido; uma substituição de uma palavra (ausente) por outra (metafórica).

Sob essa ótica desviante, mesmo a noção de comparação é problemática, uma vez que “aos olhos de Aristóteles, a ausência do termo de comparação na metáfora não implica que a metáfora seja uma comparação abreviada, como se dirá a partir de Quintiliano, mas, ao contrário, que a comparação é uma metáfora desenvolvida” (Ricoeur, 2000, p. 46).

A metáfora aristotélica, então, é entendida a partir dos padrões da palavra, pelos quais se estabelecem principalmente as relações de semelhança. Utilizar uma metáfora, então, implica em empregar um termo em lugar de outro, seja como desvio, como um empréstimo semântico ou como uma substituição. Dessa forma, quando se entende a metáfora como figura de linguagem, vemos que, no âmbito da figura, a metáfora assemelha-se a uma imagem. Quanto a esta aproximação conceitual, Aristóteles afirma:

A imagem é igualmente uma metáfora; entre uma e outra a diferença é pequena. [...] Podemos empregar tôdas estas expressões quer como imagens, quer como metáforas. Tôdas as que saboreamos como metáforas servirão também manifestamente como imagens e as imagens, por sua vez, serão metáforas a que não falta senão uma palavra (Aristóteles, 1959, p. 201).

Dando continuidade aos estudos da metáfora no nível da palavra, Ricoeur acrescenta um estudo assentado em Pierre Fontanier, que se fundamenta sobre a Teoria dos Tropos que também privilegia a metáfora enquanto palavra e como desvio em relação à significação primeira.

O modelo tropológico implica uma série de postulados acerca das restrições e extensões do tropo – figura de desvio – (e, conse-

qüentemente, da metáfora), ressaltando-se que a metáfora seria um sentido impróprio que é utilizado sem necessidade – isto é, mesmo havendo a palavra “adequada” a ser empregada, opta-se pela metáfora – não lhe acrescentando nenhum dado novo, com pura função decorativa, sendo um ornamento à linguagem.

O problema da metáfora como tropo é sua redução ao nível (único) da palavra, no entanto, a abordagem dos tropos como figuras possibilita uma abertura na significação, pois “a figura pode ser indiferentemente referida à palavra, à frase ou aos traços do discurso que exprimem o movimento do sentimento e da paixão” (Ricoeur, 2000, p. 89). Cabendo ressaltar que esta concepção é apenas ideológica, uma abertura para inserções futuras, pois efetivamente, mesmo a metáfora tratada como figura, ainda não ultrapassa os limites da palavra.

A metáfora encontra-se, então, tanto em Aristóteles como em Fontanier, no nível do desvio, uma transgressão de sentido que ultrapassa a denominação substantiva (podendo ser adjetiva, verbal, discursiva, etc.). Retoma-se, então, a noção de transgressão de sentido, mas esta precisa ser analisada à luz do uso, para definir se o desvio é comum (catacrese) ou inovador (metáfora). Portanto, “é necessário, com, ir da palavra ao discurso, pois apenas as condições próprias ao discurso podem distinguir o tropo-figura do tropo-catacrese e, no tropo-figura, o curso livre do curso forçado” (Ricoeur, 2000, p. 105).

Conforme exposto, ao analisar as metáforas no nível da palavra como desvio, se está concebendo a linguagem de forma taxionômica e classificatória simplesmente, ou seja, conclui-se que a relação de referência se dá de forma linear e codificada, que as variantes de uso (como as metáforas) encontram-se no âmbito do desvio e não abrange a produção de significação.

No entanto, Ricoeur afirma que o tratamento metafórico no nível da palavra, embora criticado, mostra-se necessário à semiologia da significação, mesmo que se apresente apenas como um fragmento do todo discursivo, pois,

[...] a definição real de metáfora em termos de enunciado não pode eliminar a definição nominal em termos de palavra ou de nome, na medida em que a palavra continua a ser a portadora do efeito de sentido metafórico; é da palavra que se diz tomar um sentido metafórico; eis por que a definição de Aristóteles não é abolida por uma teoria que não se re-

ferre mais ao lugar da metáfora no discurso, mas ao próprio processo metafórico (Ricoeur, 2000, p. 108).

A manutenção da teoria aristotélica se dá, principalmente, por ela representar uma parte do todo, ou seja, o estudo da palavra colabora para os demais estudos, a diferença é que não se pode reter-se apenas nele, mas prosseguir nos demais níveis.

O NÍVEL DA FRASE

Transpondo o nível da palavra, Ricoeur retoma Benveniste (1995) para quem os níveis do sentido são diferenciados, tendo como unidade do discurso a frase, que é a unidade semântica; em detrimento da palavra, que é a unidade semiótica.

A separação entre as ordens semiótica e semântica evidencia alguns traços distintivos concernentes ao discurso, cabendo ressaltar a dicotomia entre a função identificante (nominal) e a função predicativa (verbal), isto é, a metáfora é um fenômeno de predicação, e não apenas de denominação. Diferenciar o semiótico do semântico implica uma nova organização do paradigmático e do sintagmático.

Essa diferenciação entre os traços semânticos e semióticos nos níveis sintagmático e paradigmático, respectivamente, viabiliza o tratamento da metáfora nessas duas categorias (embora desde Jakobson ela seja tratada apenas no aspecto paradigmático); de forma que no nível da palavra (semiótico), a metáfora pode ser discutida nas relações de substituição; e no nível do discurso (semântico), a construção de sentido da metáfora depende das relações de sentido criadas entre as palavras do enunciado, que cria o todo significativo do discurso.

A partir do entrelaçamento dos aspectos sintagmático e paradigmático, compreende-se que as palavras não possuem um sentido próprio, imutável e irrefutável; antes, que seu sentido é construído *pelo e no* discurso, partindo de “sombras” de significado convencionadas pela sociedade. Essa dimensão confirma que

[...] a linguagem, como bem o viu Shelley, é “vitalmente metafórica”; se “bem metaforizar” é ter domínio das semelhanças, então não poderíamos sem ela apreender nenhuma relação inédita entre as coisas. Longe de ser um desvio em relação à operação comum da linguagem, a

metáfora é “o princípio onipresente em toda a sua ação livre”; não constitui um poder adicional, *mas a forma constitutiva da linguagem* (Ricoeur, 2000, p. 128, grifo nosso).

Entender a metáfora na frase, como “forma constitutiva da linguagem”, implica em redirecionar a linguagem do aspecto classificatório para o da significação, “com a frase, a linguagem sai de si mesma, e a referência indica a transcendência da linguagem a si mesma” (Ricoeur, 2000, p. 120). Essa transcendência se dá na mudança de sistema, o signo aponta para as relações inter-sígnicas, a frase as ultrapassa. Ricoeur retoma I. A. Richards para analisar a complexidade enunciativa da metáfora:

I. A. Richards propôs denominar “conteúdo” (*tenor*) a idéia subjacente, e “veículo” (*vehicle*) a idéia sob cujo signo a primeira é apreendida. Mas importa notar que a metáfora não é o “veículo”: *ela é o todo constituído pelas duas metades* (Ricoeur, 2000, p. 129-130, grifo nosso).

A metáfora definida como o todo do enunciado aponta para a construção da significação, ou seja, “conteúdo” e “veículo” são neutros por si mesmos, o todo que eles formam é que constitui a metáfora, ocasionando num apontar para fora, da metáfora como predicação. Ou seja, por esta visão, a construção metafórica não se baseia na figura (palavra única) que traz o sentido novo, mas na construção predicativa. Num comparativo entre a análise baseada na denominação e a análise predicativa, vejamos o exemplo abaixo:

“A Amazônia é o pulmão do planeta” (Valente, 1997, p. 79).

Na análise da metáfora pela palavra, teríamos de analisar os sentidos possíveis do termo *pulmão* que pudessem relacionar com o sentido do termo *Amazônia*. Ou seja, quais sentidos poderiam ser afluídos a *Amazônia* pelo termo *pulmão*? Diferentemente, numa análise predicativa, observar-se-ia o todo enunciativo, qual sentido o enunciado produz, como um todo; isto é, analisaríamos a função predicativa do enunciado que se caracterizou como metafórico.

Dessa forma, considerando a metáfora no nível da semântica da frase, ela configura-se como produto de uma tensão entre os termos de uma enunciação metafórica. Ela existe como uma interpretação, pois nesse tipo de enunciação a contradição significativa entre os termos desconstrói a significação literal e possibilita às palavras um sentido novo (interpretativo), fruto dessa tensão.

Dando continuidade ao prospecto histórico de Ricoeur, acrescenta-se a semelhança como um fator de significação enunciativa, em que essa semelhança torna-se como condição primeira do acontecimento da metáfora. Como transcrito a seguir, o autor apresenta um breve apanhado histórico da importância da similitude ao longo das teorias até então propostas.

Na tropologia da teoria clássica, o lugar assinalado à metáfora entre as figuras de significação é especificamente definido pelo papel que a relação de semelhança desempenha na transferência da idéia primitiva à nova idéia. Esse pacto com a semelhança não constitui um traço isolado, pois no modelo subjacente à teoria da retórica clássica ele é solidário com o primado da denominação e dos outros traços que procedem desse primado. É, com efeito, primeiramente entre as idéias das quais as palavras são os nomes que a semelhança opera. Em segundo lugar, no modelo, o tema da semelhança é fortemente solidário com os de empréstimo; de desvio, de substituição, de paráfrase exaustiva. Com efeito, a semelhança é, antes de tudo, o motivo do empréstimo, em seguida é a face positiva do processo do qual o desvio é a face negativa. Ela é ainda a ligação interna da esfera da substituição e, enfim, é o guia da paráfrase que, restituindo o sentido próprio, anula o tropo. Na medida em que o postulado da substituição pode ser representativo da cadeia inteira de postulados, *a semelhança é o fundamento da substituição posta em ação na transposição metafórica dos nomes e, mais geralmente, das palavras* (Ricoeur, 2000, p. 267-268, grifo nosso).

Com essas afirmações, Ricoeur põe a semelhança em posição de destaque para as teorias da metáfora, como sendo primordial em toda acepção que se possa fazer da construção metafórica.

Essa primazia da semelhança se fortalece no discurso da alteridade, ou seja, a semelhança metafórica forma-se a partir do diferente, e o mantém, estabelecendo as relações entre os distantes. O que aparentemente não possui equivalência alguma, a semelhança metafórica os aproxima e recria as categorizações de grupos. Para Ricoeur,

[...] a metáfora mostra o trabalho da semelhança porque, no enunciado metafórico, a contradição literal mantém a diferença, o “mesmo” e o “diferente” não são simplesmente misturados, mas permanecem opostos. Por esse traço específico, o enigma é retido no próprio coração da metáfora. *Na metáfora, o “mesmo” opera apesar do “diferente”* (Ricoeur, 2000, p. 301, grifo nosso).

Quando o autor estabelece que “na metáfora, o ‘mesmo’ opera *apesar* do ‘diferente’”, ele destaca o caráter gerador do semelhan-

te metafórico, ou seja, a semelhança gera um novo sentido, fazendo novas ligações de significação. Com isso, por mais intensas que sejam as diferenças entre os sentidos aproximados pela metáfora, ainda assim ela criará uma conexão de semelhança e, por meio dela, será fonte de novos sentidos.

Quanto às noções de semelhança, Ricoeur propõe uma comparação entre a proposição teórica de Roman Jakobson e a sua, diferenciando, no entanto, os níveis da palavra e do discurso, respectivamente, ou seja, Jakobson destacava a substituição de um termo por outro, enquanto Ricoeur propõe a substituição de uma significação por outra, conforme a citação abaixo.

Como Roman Jakobson, com efeito, mas em sentido diferente dele, formamos um conceito de “processo metafórico” pelo qual o tropo da retórica desempenha um papel revelador. Mas, à diferença de Roman Jakobson, o que na metáfora pode ser generalizado não é a sua essência substitutiva, mas sua essência predicativa. Jakobson generalizava um fenômeno semiótico, a substituição de um termo por outro; *nós generalizamos um fenômeno semântico, a assimilação de uma a outra de duas áreas de significação por meio de uma atribuição insólita* (Ricoeur, 2000, p. 304, grifo nosso).

Observamos que a diferenciação é significativa entre as duas proposições, cabendo destaque à proposta de Ricoeur, uma vez que ela ultrapassa o nível da palavra e do enunciado, chegando-se ao terceiro nível de estudo do autor: o do discurso. Como pudemos constatar, o semelhante acompanha a metáfora em todos os níveis (da palavra, da frase e do discurso), sendo o ponto de partida para o fenômeno discursivo, da significação semântico-hermenêutica.

O NÍVEL DO DISCURSO

Neste ponto, parece-nos que enfim o autor apresenta seu posicionamento teórico (após as explicações sobre os outros níveis de análise da metáfora), conforme ele descreve no prefácio:

A metáfora apresenta-se, então, como uma estratégia de discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder heurístico desdobrado pela ficção. [...] Assim, a obra é conduzida a seu tema mais importante: a saber que a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas ficções têm de redescrever a realidade. Ligando dessa maneira fic-

ção e redescrição, restituímos sua plenitude de sentido à descoberta de Aristóteles, na *Poética*, de que a *poiesis* da linguagem procede da conexão entre *mythos* e *mimesis*. (Ricoeur, 2000, p. 13-14).

De fato, pelo viés da ficção e da redescrição da realidade, é possível desestabilizar o conceito solidificado de mundo, e, a partir do todo de uma obra de ficção restabelecer novos limites, mais extensos, para a construção de sentido. É relevante considerar que, no nível do discurso apresentado por Ricoeur, o texto passa a ter uma nova representação. Para o autor,

O texto é uma entidade complexa de discurso cujos caracteres não se reduzem aos da unidade de discurso ou frase. Por texto não entendo somente nem principalmente a escritura, embora a escritura ponha por si mesma problemas originais que interessam diretamente ao destino da referência; mas entendo, prioritariamente, a *produção do discurso como obra* (Ricoeur, 2000, p. 336, grifo nosso).

Entender o texto “como obra” implica redimensionar o objeto de estudo, ou seja, partiu-se da palavra, passou-se pelos enunciados e, agora, a dimensão é o todo da obra, que passa a ter a significação principal e a firmar-se como uma nova realidade. A partir desse todo, o autor acrescenta que não é um todo apenas estrutural, mas sim a criação de uma nova realidade, que ele denomina: *o mundo da obra*.

Conseqüentemente, a compreensão do mundo da obra abre espaço para analisar as metáforas em rede (ou por modelo, ou por arquétipos), ou seja, a metáfora pode realizar-se na obra por meio de uma palavra, de uma frase, de um poema ou, ainda; pode tipificar uma comunidade lingüística, cujas falas caracterizam-se como um todo. Enfim, passa a ter uma função referencial: “pode-se esperar que a função referencial da metáfora seja levada por uma rede metafórica em vez de por um enunciado metafórico isolado” (Ricoeur, 2000, p. 372).

Quando se trata a metáfora pelo viés referencial, retorna-se à noção de verdade, cabendo ressaltar que, embora Ricoeur discorra filosoficamente sobre o assunto, não é foco desta pesquisa tal análise, cabendo-nos apenas as implicações desse contexto filosófico para o lingüístico-conceitual.

No estudo proposto por Ricoeur, questionam-se então as noções de realidade, mundo e verdade as quais ele considera mutáveis e

de domínios distintos. Cabe salientar o acréscimo de uma “verdade metafórica”, pela qual o autor argumenta que

[...] não há outro modo de fazer justiça à noção de verdade metafórica senão incluindo o aguilhão crítico do “não é” (literalmente) na veemência ontológica do “é” (metaforicamente). [...] da mesma maneira que a distância lógica é preservada na proximidade metafórica, e da mesma maneira que a interpretação literal impossível não é simplesmente abolida pela interpretação metafórica, mas lhe cede resistindo, da mesma maneira a afirmação ontológica obedece ao princípio de tensão e à lei da “visão estereoscópica” (Ricoeur, 2000, p. 388-389).

Por visão estereoscópica entende-se uma visão dupla, em que se aplicam tanto a visão dita literal, quanto a metafórica, que coexistem na tensão do ser e não ser. Destarte, a verdade metafórica aponta para uma realidade própria, a realidade cuja significação emerge no enunciado. Ricoeur afirma que

Se de fato a significação, sob sua própria forma elementar, está em busca de si mesma na dupla direção do sentido e da referência, a enunciação metafórica apenas leva à sua plenitude esse dinamismo semântico. [...] a enunciação metafórica opera simultaneamente sobre dois campos de referência. Essa dualidade explica a articulação, no símbolo, de dois níveis de significação. A significação primeira é relativa a um campo de referência conhecido: o domínio das entidades às quais podem ser atribuídos os próprios predicados considerados em sua significação estabelecida. A segunda, à qual se trata de fazer surgir, é relativa a um campo de referência para o qual não há significação direta, e para o qual, por consequência, não se pode proceder a uma descrição identificante por meio de predicados apropriados (Ricoeur, 2000, p. 458).

Considerar um campo de referência de significação indireta reporta à referência duplicada “[...], significa que a tensão característica da enunciação metafórica é suportada, em última instância, pela cópula é. Ser-como significa ser e não ser. Isto era e não era” (Ricoeur, 2000, p. 470). Em outras palavras, o ser-como metafórico remete ao não ser literal e ao ser metafórico, não numa negação do literal simplesmente, mas num movimento de presença/ausência. Por esta tensão do ser e não ser insurge uma nova noção de realidade, uma realidade referencial, e não de mundo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO

Este artigo se propôs a retomar pontos nodais na obra de Ricoeur (1975) – *A metáfora viva* –; entretanto, cabe salientar que um estudo de tamanha magnitude, como a do referido autor, não pode ser abordada em sua completude (por mais que se objetive uma síntese) em espaço tão exíguo, como neste trabalho.

Portanto, a maneira como esta pesquisa se desenvolveu primou pelo destaque nas abordagens de metáfora: no nível da palavra, da frase e do discurso; conforme organização do autor.

Ressalta-se, contudo, que embora tenhamos tratado os três níveis em que a metáfora pode ser estudada, Ricoeur estrutura sua obra em oito *Estudos* muito mais complexos: I. Entre a retórica e a poética: Aristóteles; II O declínio da retórica: a tropologia; III A metáfora e a semântica do discurso; IV. A metáfora e a semântica da palavra; V. A metáfora e a nova retórica; VI. O trabalho da semelhança; VII. Metáfora e referência; e VIII. Metáfora e discurso filosófico.

Enfim, este artigo se apresenta como um convite a pesquisar essa obra de Ricoeur, uma vez que para os estudos de linguagem, de verdade, de referência e, principalmente, de metáfora, tal autor é imprescindível devido a sua abrangência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES, Aristote. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.

JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

VALENTE, André. *A linguagem nossa de cada dia*. Rio de Janeiro: Leviatã Publicações, 1997.